

O Conselho Estadual de Cultura está se renovando. E qual será agora o destino do nosso patrimônio histórico?

Sylvio Costa

AJ11.382

“O amparo à cultura é dever do Estado. Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas”. É o que diz a Constituição Federal, em seu artigo 180. Para fazer valer o que está na lei existe, desde 1937, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (hoje, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou Span).

Foi exatamente este órgão, subordinado ao Ministério de Educação e Cultura, que tomou a primeira providência no sentido de preservar o patrimônio histórico-cultural do Espírito Santo. Em 1944, tombou 12 construções de valor histórico nacional — das quais, apenas uma, o Museu Solar Monjardim, era civil (os outros prédios eram todos religiosos: conventos, capelas ou igrejas).

O então Iphan decidiu proteger, na época, os seguintes imóveis: Convento da Penha; Igreja Nossa Senhora do Rosário, na Prainha, em Vila Velha; Igreja Nossa Senhora das Neves, em Presidente Kennedy; Igreja Nossa Senhora de Assunção, em Anchieta; Igreja de Guarapari; Igreja de Araçatiba, em Viana; fachada do Convento São Francisco, em Vitória; Igreja de São Gonçalo; Igreja Nossa Senhora do Rosário, em Vitória; Capela de Santa Lucia; Igreja e Convento Jesuítico de Nova Almeida; e o Museu Solar Monjardim, em Vitória.

MALHA FINA

Os seis novos membros do Conselho Estadual de Cultura deverão tomar posse amanhã na Secretaria de Educação, pondo fim a uma inatividade do órgão que já dura cinco meses, e pelo menos um deles, Fernando Antônio de Moraes Achiamé, diretor do Arquivo Público Estadual, já tem alguns planos, por exemplo, tombar a técnica de fabricação de panela de barro. A paralisação do Conselho foi determinada pelo desinteresse de seus antigos membros (entre eles, o representante da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, José Antônio de Carvalho): eles não compareciam às reuniões.

Com sua renovação, formalizada quinta-feira passada através de portarias assinadas pelo vice-governador José Carlos da Fonseca, o Conselho passa a contar com algumas pessoas que habitualmente têm demonstrado preocupação com a preservação do patrimônio histórico e cultural do Estado, como o subsecretário de Educação, Paulo César Simões Magalhães e o diretor do Departamento Estadual de Cultura, Orlando Bomfim, além de Fernando Achiamé e da professora do Centro de Artes da Ufes Stela Denardi Nogueira e do artista plástico Kléber Galvêas

Foto Arquivo AT

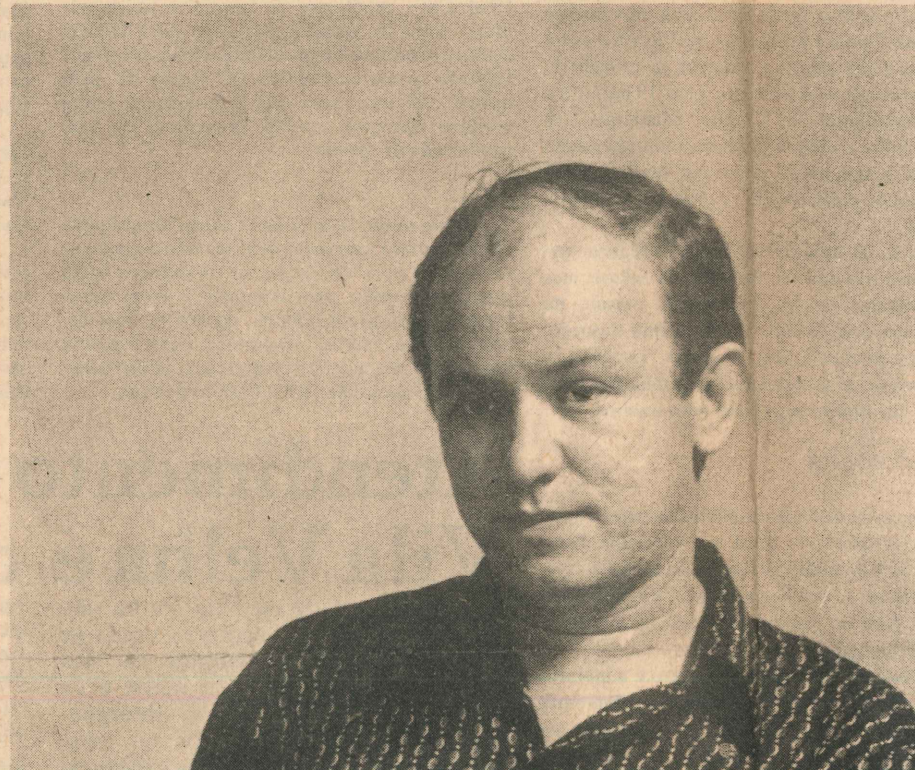


Foto Arquivo AT

A11.302

"O amparo à cultura é dever do Estado. Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas". É o que diz a Constituição Federal, em seu artigo 180. Para fazer valer o que está na lei existe, desde 1937, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (hoje, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ou Sphan).

Foi exatamente este órgão, subordinado ao Ministério de Educação e Cultura, que tomou a primeira providência no sentido de preservar o patrimônio histórico-cultural do Espírito Santo. Em 1944, tombou 12 construções de valor histórico nacional — das quais, apenas uma, o Museu Solar Monjardim, era civil (os outros prédios eram todos religiosos: conventos, capelas ou igrejas).

O então Iphan decidiu proteger, na época, os seguintes imóveis: Convento da Penha; Igreja Nossa Senhora do Rosário, na Prainha, em Vila Velha; Igreja Nossa Senhora das Neves, em Presidente Kennedy; Igreja Nossa Senhora de Assunção, em Anchieta; Igreja de Guarapari; Igreja de Araçatiba, em Viana; fachada do Convento São Francisco, em Vitória; Igreja de São Gonçalo; Igreja Nossa Senhora do Rosário, em Vitória; Capela de Santa Lucia; Igreja e Convento Jesuítico de Nova Almeida; e o Museu Solar Monjardim, em Vitória.

MALHA FINA

Para o diretor do Arquivo Público Estadual, Fernando Achiamé, o Governo Federal teria dado conta, com aquela medida, da "malha grossa" dos imóveis capixabas que precisam ser preservados. Somente agora, cuida-se, para usar uma expressão sua, da "malha fina".

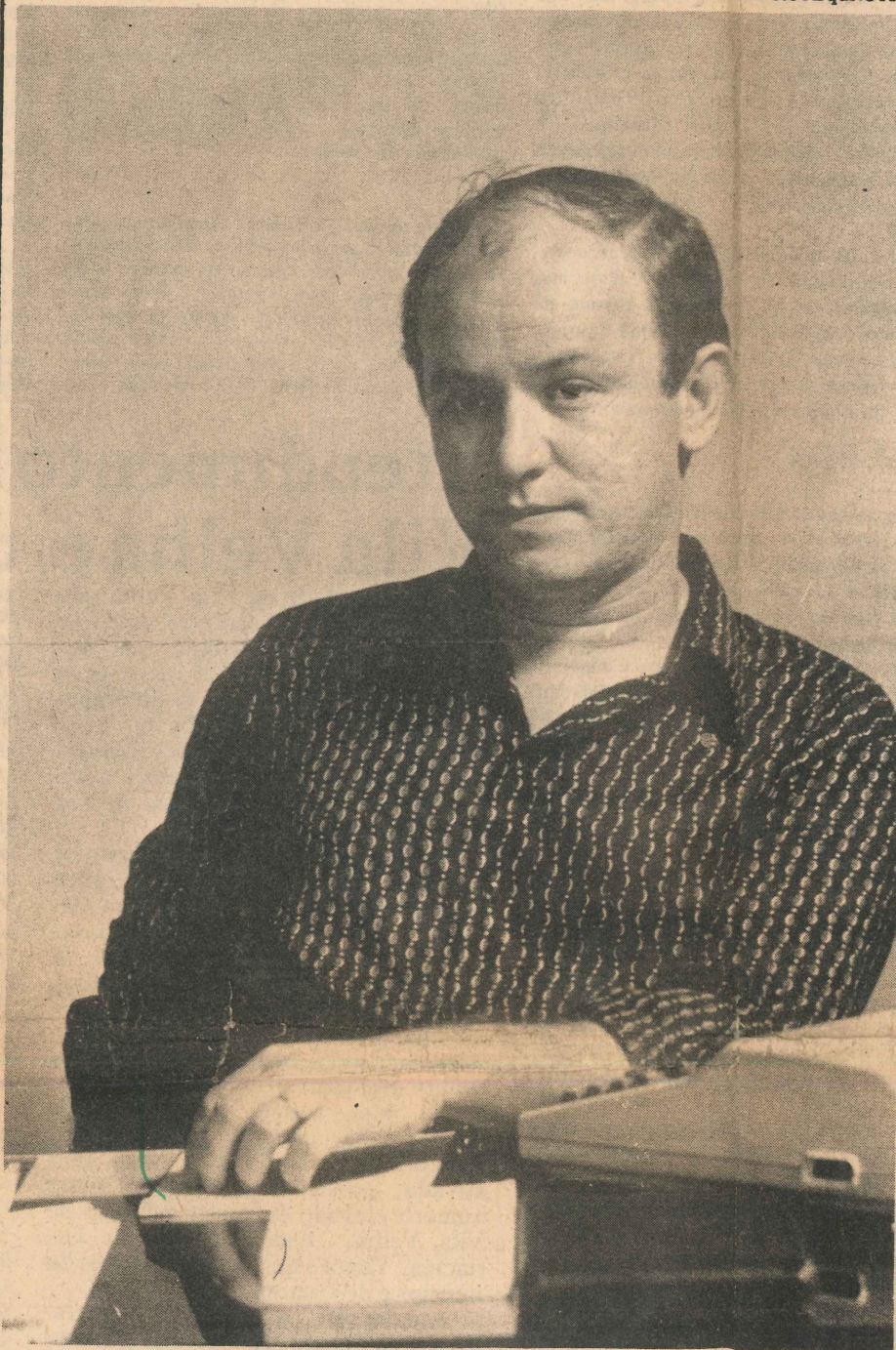
"A malha grossa" — explicou Achiamé — "são os prédios que têm valor nacional. Outros, como o Britz, só têm valor para nós, capixabas. São a malha fina". Esta "malha fina" começou a merecer a atenção das autoridades estaduais no início de 1975, durante o Governo Arthur Carlos Gerhardt Santos.

Ele, em decreto publicado no fim de sua administração, deu poderes ao Conselho Estadual de Cultural, criado em 1971, para tomar bens naturais, artísticos e históricos do Estado. Foram criados três livros-tombo: o de belas artes, o de patrimônio histórico e o de patrimônio histórico

Os seis novos membros do Conselho Estadual de Cultura deverão tomar posse amanhã na Secretaria de Educação, pondo fim a uma inatividade do órgão que já dura cinco meses, e pelo menos um deles, Fernando Antônio de Moraes Achiamé, diretor do Arquivo Público Estadual, já tem alguns planos, por exemplo, tombar a técnica de fabricação de panela de barro. A paralisação do Conselho foi determinada pelo desinteresse de seus antigos membros (entre eles, o representante da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, José Antônio de Carvalho): eles não compareciam às reuniões.

Com sua renovação, formalizada quinta-feira passada através de portarias assinadas pelo vice-governador José Carlos da Fonseca, o Conselho passa a contar com algumas pessoas que habitualmente têm demonstrado preocupação com a preservação do patrimônio histórico e cultural do Estado, como o subsecretário de Educação, Paulo César Simões Magalhães e o diretor do Departamento Estadual de Cultura, Orlando Bomfim, além de Fernando Achiamé e da professora do Centro de Artes da Ufes Stela Denardi Nogueira e do artista plástico Kléber Galvêas

Foto Arquivo AT



Achiamé: o Conselho entrará em nova fase

de abril de 1984): o subsecretário de Educação e Cultura, Paulo César Simões Magalhães; o diretor presidente do DEC, Orlando Bomfim; o diretor de Patrimônio Histórico, José Antônio de Carvalho; o diretor de Patrimônio Artístico, Paulo César Simões Magalhães; o diretor de Patrimônio Natural, Paulo César Simões Magalhães; o diretor de Patrimônio Cultural, Paulo César Simões Magalhães; o diretor de Patrimônio Histórico, José Antônio de Carvalho; o diretor de Patrimônio Artístico, Paulo César Simões Magalhães; o diretor de Patrimônio Natural, Paulo César Simões Magalhães; o diretor de Patrimônio Cultural, Paulo César Simões Magalhães.

no entorno (leia-se: área em volta) do imóvel. Depois, o DEC continuaria esse trabalho, com o objetivo de preservar o patrimônio histórico e cultural do Estado.

Polivalente, onde era a antiga Faculdade de Odontologia. Lá, não há telefone, espaço, nem condições para o trabalho.

domínio desta técnica. Na Paraíba, isto foi feito, segundo Fernando Achiamé, com o objetivo de preservar o patrimônio histórico e cultural do Estado.

Sua função precípua não é esta, entretanto. Cabe ao Conselho, antes de mais nada, tracar nor



Os bens culturais do Estado, como a Igreja do Rosário, em Vitória, estão abandonados

bar bens naturais, artísticos e históricos do Estado. Foram criados três livros-tombo: o de belas artes, o de patrimônio histórico e o de patrimônio natural.

De lá para cá, porém, o Conselho quase não fez uso desses livros. A não ser para tomar toda a área ocupada pelo antigo Porto de São Mateus, incluindo as 36 casas que o Departamento Estadual de Cultura — após uma complicada novela burocrática para obtenção de recursos — já começou a restaurar.

Como se sabe, afinal, os membros do CEC não gozam, com raras exceções, de boa fama no que diz respeito à assiduidade e dedicação aos seus compromissos com a cultura local. Ultimamente, por exemplo, o Conselho simplesmente não podia deliberar porque seis de seus membros estavam destituídos por faltarem inúmeras vezes, consecutivas suas reuniões ordinárias.

PRESERVAÇÃO

Pelo menos esse problema foi resolvido na última quinta-feira com as Portarias nºs 20, 21 e 22 do vice-governador José Carlos da Fonseca, publicadas no dia 23 no **Diário Oficial**. De uma só vez, Fonseca confirmava a destituição daqueles conselheiros, nomeava outros para o seu lugar e reconduzia ao Conselho um de seus membros mais ativos, a ex-diretora da Fundação Cultural, Maria Beatriz Abaurre, cujo mandato encerrou em março.

Entre os que saíram do CEC, curiosamente, está o representante da Sphan, José Antônio de Carvalho, que, na certa, não deve ver muita importância no órgão ao qual cabe traçar a política cultural do Estado. Com ele, foram destituídas a historiadora Ângela de Biasi Ferrari, a artista plástica Ilária Ratto Zanandrea, o escritor Placidino Passos, o músico Maurício de Oliveira e o representante da Secretaria de Bem-Estar Social, João Eurípedes Franklin Leal.

Para substituí-los, foram nomeados (com mandatos até 28

de abril de 1984): o subsecretário de Educação e Cultura, Paulo César Simões Magalhães; o diretor-presidente do DEC, Orlando Bonfim Neto; o artista plástico Kleber Galvêas; o diretor do Arquivo Público Estadual, Fernando Antônio de Moraes Achiamé; a professora Stela Denardi Nogueira, do Centro de Artes da Ufes; e o médico José Moysés, também da Academia Espírito-Santense de Letras.

Eles devem ser empossados amanhã, na Secretaria de Educação. E a questão de preservação de patrimônio será uma das primeiras que os novos membros do CEC terão que estudar.

Acontece que só está, ao menos no momento, dependendo do Conselho a execução do projeto "Preservação dos Bens Culturais do Espírito Santo", do DEC, que prevê o tombamento de 84 construções de valor histórico-cultural nos municípios de Vitória, Serra e Santa Leopoldina.

Esse projeto é fruto de um trabalho que começou há aproximadamente três anos no Instituto Jones dos Santos Neves, coordenado pela arquiteta Helena Gomes. O Instituto, quando da elaboração do Plano-Diretor Urbano de Vitória e o da Serra, fez um detalhado levantamento dos imóveis representativos da história ou da memória cultural capixaba.

No caso, tratava-se de elaborar uma legislação de proteção para casas antigas, obras públicas de valor histórico, logradouros, como escadarias, largos, praças, e até para bens naturais (como morros ou áreas florestais) ou para lugares sentimentalmente importantes para a comunidade, como o Britz e o Bar Santos. Os autores do plano observam que, afinal de contas, já passou o tempo em que o Poder Público só se interessava na preservação de igreja ou de prédio público.

Assim, o Instituto propunha uma legislação que, principalmente, impedia qualquer reforma ou construção nas áreas que se pretende conservar — com base

de abril de 1984): o subsecretário de Educação e Cultura, Paulo César Simões Magalhães; o diretor-presidente do DEC, Orlando Bonfim Neto; o artista plástico Kleber Galvêas; o diretor do Arquivo Público Estadual, Fernando Antônio de Moraes Achiamé; a professora Stela Denardi Nogueira, do Centro de Artes da Ufes; e o médico José Moysés, também da Academia Espírito-Santense de Letras.

O DEC, paralelamente, encaminhava à Sphan pedido de recursos para a formação de uma equipe permanente para cadastramento e restauração; para execução do cadastramento em todo o Estado e das obras de restauração em sete edificações, que requerem atuação imediata (em Santa Leopoldina, as casas nºs 15, 57/59 e 63; na Serra, residência Borges Leão e a Igreja São João Batista, em Carapina; em Vitória, o Mercado Público da Capixaba e a Capela Nossa Senhora das Neves, do Convento São Francisco) e que seriam incluídas no "Programa de Cidades Históricas" da Sphan.

Como os dois órgãos estão envolvidos com o assunto (Instituto, através do PPD, Projeto de Pesquisa e Documentação), deve ser assinado futuramente um convênio entre o DEC e o IJSN para dar continuidade ao trabalho de preservação do patrimônio de todo o Estado.

NOVA FASE?

E o Conselho? Como reage a esta discussão? Que declarações tem a fazer sobre este e outros assuntos que lhe estão diretamente afetos? Essas perguntas ficam para ser respondidas depois. Até porque não foi possível ouvir a opinião de um de seus membros atuais (além de Beatriz Abaurre e da secretária de Educação, Anneti Vitali Calil, sua presidenta, fazem parte do Conselho, enquanto não são empossados os novos conselheiros, a advogada Déa Medeiros, a professora Heloisa Júdice Mattos e um representante da Academia de Letras, de Cachoeiro).

Na verdade, o Conselho sempre — ou quase sempre — funcionou precariamente. Recentemente, ele (que já foi sediado no edifício Rural Bank) tem funcionado numa saleta do Colégio

Polivalente, onde era a antiga Faculdade de Odontologia. Lá, não há telefone, espaço, nem condições (pela própria movimentação da escola, o barulho, etc.) para sediar um órgão que, conforme Fernando Achiamé, "precisa atuar de maneira digna".

Por isso, Fernando propôs à secretária Anneti Calil que a sede do Conselho seja transferida para a Secretaria de Educação, o que dispensaria o investimento na criação de uma infra-estrutura do Conselho, uma vez que esta infra-estrutura (telefone, datilógrafo, serviço de xerox, etc.) já existe na Sedu.

Entusiasmado com as possibilidades de trabalho que sua indicação para o Conselho Estadual de Cultura lhe abre, Fernando tem algumas idéias claras sobre o que pode ser feito num órgão desse tipo. O projeto do DEC, por exemplo, ele apoia "como um todo", embora pense que "alguns detalhes devem ainda ser discutidos".

— Sem dúvida — afirmou — esta será a nossa prioridade, porque, aliás, foi o interesse do Governo do Estado em promover o tombamento desses prédios que motivou a reativação do Conselho. É um projeto muito útil, que servirá para preservar alguns marcos da nossa história. São referências até sentimentais que merecem ser preservadas.

Sobre preservação, por sinal, ele fala muito à vontade (Fernando é o principal responsável pela restauração do prédio do Arquivo Público, que está para ser concluído): "No caso, acho que os prédios do Poder Público seriam mais fáceis de se tombar. Mas talvez possa se fazer mais. Você não concorda que a gente tem que tombar a maneira de fazer a panela de barro? Colocar lá no livro-tombo a descrição de todo o processo de fabricação das panelas, através de explicações das paneleiras, fotos, filmes. Porque é uma coisa que não existe igual em qualquer outro lugar do mundo, e que a gente tem que preservar, não pode perder o

domínio desta técnica.

Na Paraíba, isto foi feito, segundo Fernando Achiamé, com o vinho de caju, também típico da região. "Agora" — prossegue — a gente tem que definir prioridades, quer dizer, o que nós vamos fazer primeiro. Se você tem dez fazendas de café, por exemplo, é lógico que você não vai preservar todas, porque pode ficar muito caro, mas talvez só uma. E você pode tombar outras coisas além de imóveis: quadros que podem ser cadastrados ou tombados para que não saiam do Estado nem sejam destruídos, quadros de Homero Massena ou de Levino Franzeres, por exemplo; carros antigos; processos técnicos, de fabricação da cassaca, que é um instrumento rítmico feito em Nova Almeida, para citar um caso; cristais; mobília, etc".

Fernando parece crer realmente que o CEC entrará numa fase nova, de maior responsabilidade, de maior compromisso com a cultura produzida aqui. Uma indicação disso, para ele, é o fato da atual secretária da Educação, que o preside, conhecer bem a situação do CEC. Anneti foi designada por seu antecessor, Stélio Dias, para estudar a reativação do órgão.

O QUE É?

Contra as expectativas do diretor do Arquivo Público, existem alguns fatos. O médico e ex-secretário da Educação José Moysés, um dos novos membros do CEC, por exemplo, abordado sobre a questão, foi sincero: "Eu só vou ver isso depois de nomeado. Não sei o que é o Conselho, as suas atribuições, qual sua força. Mais tarde, pretendo inclusive me inteirar do assunto, mas a verdade é que não sei o que o Conselho faz".

Poucos sabem. O que muitos sabem é que, no Espírito Santo, o CEC pouco fez. Em outros Estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santana Catarina ou Paraná, o Conselho tem até um informativo cultural, edita livros, promove atividades culturais.

Sua função precípua não é esta, entretanto. Cabe ao Conselho, antes de mais nada, traçar normas de política cultural para serem cumpridas pelo órgão executor — o DEC, no nosso caso. Uma de suas atribuições seria, digamos, fiscalizar a aplicação das disciplinas de Educação Artística nos 2º e 3º Graus para fazer com que elas cumpram suas finalidades. De modo geral, seu objetivo é orientar e fiscalizar a execução da política cultural no Estado.

Mas, pergunta-se, existe uma política para o setor cultural definida no Estado? Onde? Feita por quem? É, mais uma vez, Fernando Achiamé, quem fala: "Acho que o conselho tem uma grande utilidade. Quem produz a cultura, sem qualquer visão demagógica ou populista, é o povo. Então, o Governo tem que promover esta cultura através do órgão normativo e do órgão executor de sua política cultural. Nesse caso, ao Conselho seria os olhos e ouvidos do Governo para saber que interesse a comunidade tem no que se refere à cultura. E poderia se encarregar também da animação cultural: na área de música, cinema, etc.

A experiência costuma desaconselhar, em qualquer circunstância, dose excessiva de otimismo. Porque se o Governo demonstra agora interesse na reativação do Conselho de Cultura — e observe-se que a indicação de Orlando Bomfim facilitaria, em princípio, o entrosamento entre o CEC e o DEC —, antes dele já teve igual ou maior interesse.

Lembre-se que o ex-governador Arthur Carlos, em fim de mandato, instituiu poderes de tombamento ao Conselho de Cultura. Ótimo. Mais tarde, seria até tombado o antigo Porto de São Mateus. O que aconteceu depois, contudo, foi o que se viu: o Conselho nunca mais se preocuparia com tombamento de prédios históricos e seis de seus membros são destituídos por faltarem a um número de reuniões bem superior ao permitido estatutariamente.